
A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: A INTERSEÇÃO COM O MEIO AMBIENTE E A IDENTIDADE CULTURAL

CARLOS XAVIER DE AZEVEDO NETTO*

Resumo: este artigo apresenta algumas considerações sobre a relação entre o patrimônio arqueológico e a sua preservação diante dos estudos ambientais dos grandes projetos. Para tanto, serão observados a regulamentação dos estudos sobre o patrimônio arqueológico, a dimensão que assume diante das agências regulatórias e o papel dos instrumentos legais que instituíram a inclusão das ações preservacionistas. Por meio das ações de educação patrimonial, reconhece-se o vínculo entre o patrimônio arqueológico e a sociedade, por meio de mecanismos de memória e do referenciamento de identidade, papel social da Arqueologia.

Palavras-chave: preservação, diagnóstico arqueológico, prospecção, resgate, função social

O advento da globalização, com a diluição de fronteiras e aproximação dos diferentes grupos culturais, com o uso cada vez mais freqüente das novas tecnologias da informação e da comunicação, acarreta uma série de mudanças no tratamento das questões culturais e de identidade. Os novos contornos que as sociedades mundiais vêm assumindo diante do maior contato com diferentes sociedades e culturas trazem consigo o risco da diluição das identidades quer individuais quer sociais. Essa situação leva, em muitos casos, toda estrutura social, alicerçada em determinadas formas de reconhecimento de sua história e identidade, a se diluir, em virtude da aproximação e do confronto de visões de mundo diferenciadas. Entende-se que o patrimônio arqueológico está delimitado

por todos os vestígios materiais de ocupação humana, pelos artefatos, biofatos e ecofatos inter-realacionados (FUNARI, 1988), no passado, que expressam e são reconhecidos como marcos para identificação de um grupo cultural.

O modo de minimizar o impacto dessas novas tecnologias deve passar por formas de fortalecimento e reestruturação de marcos que permitam expor e disseminar referências, construídas ou resgatadas, de um passado comum e de marcas identitárias socialmente determinadas. Assim, o patrimônio cultural, em especial o arqueológico, apresenta a potência de estabelecer vínculos para a recuperação, reelaboração ou construção de referências para uma memória coletiva que fundamenta o reconhecimento do compartilhamento de identidades culturais.

Assim, o presente artigo tem como objetivo discutir as ações levadas a cabo pelo patrimônio arqueológico, para a sua preservação. O processo de desenvolvimento econômico, necessário para o desenvolvimento social, vem produzindo uma série de alterações ambientais que afetam o patrimônio cultural como um todo e, em especial, o arqueológico. As práticas arqueológicas, por esse prisma, possuem a potencialidade de resgatar, reestruturar ou mesmo construir marcos culturais que possam fundamentar a elaboração de memórias sociais que referenciem as identidades culturais, que se encontram em risco de existência. Quanto aos estudos arqueológicos vinculados a esse contexto, suas ações estão relacionadas com as demandas de licenciamentos dos empreendimentos.

A ABORDAGEM DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL

As questões ambientais têm se apresentado de modo mais explícito, em especial, nas questões que se originam no processo de desenvolvimento econômico do país. Esses processos implicam alterações substanciais em nichos ecológicos por causa da implementação desses processos. Assim, os métodos de abordagem das análises do meio ambiente podem

ser vistos de modo distinto pelas três formas com que são tratados os compartimentos ambientais:

- Meio Físico: as características físico-químicas, geológicas e climatológicas e suas inter-relações que compõem os diversos compartimentos ambientais.
- Meio Biótico: as características faunísticas e florísticas e as suas inter-relações que compõem os diversos compartimentos ambientais.
- Meio Antrópico: as características econômicas, sociológicas, históricas, educacionais, de saúde, urbanísticas e de patrimônio cultural (material e imaterial).

Para a efetivação dos processos de desenvolvimento e conseqüente alteração nas paisagens urbanas e/ou rurais, algumas medidas foram adotadas como forma de minimizar os danos que possam ocorrer. As medidas de salvaguarda desse patrimônio ambiental estão direcionadas nos processos de licenciamento determinados pela legislação e adotados pelos órgãos competentes. O licenciamento dessas obras é elaborado da seguinte forma:

- Licença Prévia (LP): necessita de Estudo de Impacto Ambiental e de Relatório de Impacto ao Meio Ambiente.
- Licença de Instalação (LI): necessita de Plano Básico Ambiental (PBA) e de Medidas Mitigadoras e Compensatórias.
- Licença de Operação (LO): necessita de Programas de Monitoramento Ambiental.

Ao passo que pertencente à esfera do meio antrópico, o patrimônio arqueológico, juntamente com o patrimônio cultural como um todo, ainda não apresenta uma posição de destaque, embora sejam acatadas as avaliações emitidas pelos técnicos responsáveis. O patrimônio arqueológico está presente nesse processo desde a sua primeira necessidade de licenciamento. Os tratamentos do patrimônio arqueológico estão relacionados a cada etapa do licenciamento, como o indicado pela Portaria 230/02 do IPHAN, e assim se apresentam:

- Para fase de LP: necessita de elaboração e execução de Diagnóstico Arqueológico, com a indicação das ações a serem executadas nas outras fases.

- Para fase de LI: necessita de elaboração e execução da Prospecção Arqueológica, com a indicação das ações de resgate.
- Para fase de LO: necessita de elaboração e execução do Projeto de Resgate Arqueológico, com a indicação do destino do material encontrado.

Essas ações estão embasadas, além das necessidades prementes de resgate e recuperação das memórias sociais, em um suporte legal em diferentes instâncias. O instrumental legal que trata do patrimônio arqueológico é variado, com diferentes instrumentos e esferas. Os estudos sobre a aplicabilidade e os desdobramentos da legislação brasileira que trata da preservação do patrimônio arqueológico podem ser observados nos trabalhos de Silva (1996) e de São Pedro; Molina (1997). Os instrumentos legais utilizados são de natureza constitucional, legislativo, de portarias, resoluções e cartas patrimoniais. Da mesma forma, existe uma variedade de instrumentos legais, além dos da esfera federal, nos estados, municípios e no distrito federal.

- Constituição:
 - artigo 20 (bens da União) linha X: sobre cavidades naturais e sítios arqueológicos.
 - artigo 23 (competência conjunta) Linha III: proteção de documentos, obras de arte monumentos e sítios arqueológicos.
 - artigo 216 (Constituição do patrimônio Cultural) Linha V: sobre conjuntos urbanos, sítios de valor histórico paisagístico, paleontológico e arqueológico.
- Legislação:
 - decreto-Lei 25 que institui o serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
 - lei n. 3.924 de 1961 que dispões sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos;
 - lei n. 7542 de 1986 que dispões sobre a pesquisa e exploração de bens submersos, afundados ou encalhados;

- **Portarias:**
 - Interministerial n. 69 de 1979 que aprova normas para a condução de pesquisa e exploração de bens submersos, afundados ou encalhados;
 - n. 07 de 1988 que estabelece os procedimentos para o licenciamento de pesquisas em sítios arqueológicos;
 - n. 230 de 2002 que estabelece os procedimentos para o licenciamento de pesquisas em projetos de salvamento arqueológico.

- **Conama:**
 - Resolução n. 1 que estabelece os fundamentos dos estudos de impacto ambiental em qualquer forma de empreendimento e inclui o patrimônio cultural e arqueológico;

- **Cartas Patrimoniais:**

Um total de 39 cartas internacionais elencadas, apresentadas na *home-page* do IPHAN, sem mencionar as nacionais voltadas ao patrimônio arqueológico;

 - Carta de Atenas – Sociedade das Nações – outubro de 1931;
 - Recomendação de Nova Delhi – Arqueologia – dezembro de 1956;
 - Recomendação de Paris – Paisagens e Sítios – dezembro de 1962;
 - Carta de Veneza – Monumentos e Sítios – maio 1964;
 - Recomendação de Paris – Obras Públicas ou Privadas - novembro 1968;
 - Conferência de Nara – Conferência sobre autenticidade em relação a convenção do Patrimônio Mundial;
 - Convenção de Paris – Patrimônio Mundial – novembro de 1972;
 - Declaração de Estocolmo – Ambiente Humano – junho 1972;
 - Carta de Turismo Cultural – ICOMOS – 1976;
 - Carta de Washington – ICOMOS – Cidades históricas – 1986;
 - Carta de Petrópolis – Centros históricos – 1987;

- Carta de Washington. Carta Internacional para a salvaguarda das Cidades Históricas – ICOMOS – 1987;
- Carta de Cabo Frio – Encontro de Civilizações nas Américas – outubro de 1989;
- Carta de Lausanne – Carta para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico – 1990;
- Carta de Fortaleza – 1997;
- Decisão 460 – Sobre a proteção e recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico da Comunidade Andina – 25 de maio de 1999.

OS PROCEDIMENTOS PARA COM O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

A partir da proximidade entre os estudos de impacto ambiental e o patrimônio arqueológico, foi necessário instituir a seqüência de procedimentos para a recuperação e preservação do patrimônio arqueológico. Esses procedimentos estão intimamente relacionados com o processo de licenciamento ambiental, mas direcionados pelo conjunto de ações metodológicas básicas adotadas na arqueologia. O primeiro desses procedimentos é chamado de diagnóstico arqueológico, que implica no mínimo de intervenção nos sítios, seguido da prospecção, que é o momento de dimensionamento do sítio e, por fim, o resgate, que é a recuperação das informações que estão em risco de serem perdidas.

O diagnóstico arqueológico pode ser entendido como aqueles mecanismos utilizados para avaliar o potencial de uma determinada área que abrigue sítios arqueológicos. Esse mecanismo é a primeira forma de abordar o patrimônio arqueológico em uma área que apresente risco de alteração. É necessário esclarecer que esse procedimento é uma etapa exclusiva dos casos em que exista um risco à integralidade desse patrimônio em virtude de alterações ambientais promovidas pelo homem.

O objetivo desse procedimento é verificar *in loco* a existência de vestígios arqueológicos em superfície e verificar, por uma diversidade de atributos, se há possibilidade de haver sítios em profundidade. Além da constatação dessas características, faz-se necessário observar como a população local entende esse patrimônio e qual a sua relação com os remanescentes materiais de grupos pretéritos, em que já foi possível inferir possíveis usos desse patrimônio pela população local.

As formas de avaliação desse diagnóstico levam em conta, além dos vestígios de superfície, o patrimônio arqueológico registrado para a região, as formações geomorfológicas, recursos hídricos e informações da população local. Observadas as características e confrontadas com o que foi levantado para a região, estabelece-se o potencial de existência e situação do patrimônio arqueológico. E o resultado esperado para essa etapa do licenciamento é um prognóstico para a implementação de prospecções arqueológicas nas áreas consideradas relevantes.

Nesta etapa, o papel do patrimônio imaterial da comunidade afetada contribui diretamente para o refinamento dessa avaliação. Entende-se por patrimônio imaterial o conjunto de saberes, informações e conhecimentos que a população local tem sobre as formas de ocupação de seu espaço no passado próximo ou remoto. Assim, faz-se necessário que sejam levantadas, mesmo que de forma eventual, as informações que os habitantes da região têm sobre o seu passado, podendo, daí, inferir-se o grau de reconhecimento e relacionamento que se estabelece com esses remanescentes. Essa preocupação propicia a incorporação da esfera imaterial ao patrimônio arqueológico.

A prospecção arqueológica é o conjunto de procedimentos que visam constar e delimitar a presença de sítios arqueológicos em uma determinada área, com base no que foi apontado pelo diagnóstico. O objetivo dessa etapa é verificar a natureza dos sítios que possam existir, inferir seu tamanho e a área ocupada. Essa verificação é feita por intermédio de delimitação das áreas em que ocorrem os vestígios de super-

fície e por sucessivas e sistemáticas sondagens, por meio de técnicas variadas, observando-se a distribuição dos contextos arqueológicos (o patrimônio) nas estratigrafias e na formatação dos sítios. Essas verificações, de superfície ou em profundidade, passam pela setorização da superfície considerada para o mapeamento, o mais preciso possível. Os resultados esperados estão relacionados com o estabelecimento das prioridades e das áreas a serem abordadas para o resgate dos contextos arqueológicos.

É durante esta etapa que se iniciam os processos de interação entre o patrimônio arqueológico e a comunidade local. Deve-se ter em mente que a própria chegada de uma equipe de arqueologia na comunidade altera profundamente o seu cotidiano, das mais diversas formas: econômicas, políticas, sociais e até culturais. Com isso, a arqueologia ganha uma evidência que muitas vezes pode acarretar prejuízo a esse patrimônio¹ e, portanto, é necessário que esse possível prejuízo seja minimizado. E a forma mais competente e eficaz de minimização é incorporar esse patrimônio ao cotidiano dessas populações, na forma de programas de educação patrimonial.

O resgate arqueológico consiste na recuperação e nos registros dos contextos arqueológicos identificados na prospecção. Essa etapa tem por objetivo reconstituir o patrimônio arqueológico a ser recuperado, visando entender os processos de ocupação da região e sua possível inserção na comunidade local. Os procedimentos adotados para essa recuperação estão voltados para a escavação sistemática das áreas que se mostrem em risco de conservação, já que a totalidade do sítio arqueológico (o patrimônio) abordado não demanda uma intervenção total, mas somente aquela porção que se mostra em risco eminente. Uma das implicações desse procedimento, além da obtenção de dados e informações das populações pretéritas, é a possibilidade de instauração de um programa de educação patrimonial, que vise integrar esse patrimônio ao cotidiano da comunidade com a qual está relacionado, pelo menos espacialmente.

Como se trata da última etapa da intervenção arqueológica em um determinado projeto, é necessário que, além do retorno dos trabalhos realizados na região para a comunidade, haja uma preocupação com o patrimônio arqueológico que por ventura ainda não foi evidenciado. Para tanto, o processo de educação patrimonial deve ser continuado nessa etapa, na busca de reconhecimento e criação de uma consciência preservacionista. Além do processo iniciado na etapa de prospecção, sua continuação deve ser dada no resgate, até o momento da cristalização de espaços públicos de memória em instituições formais de estudo, preservação e divulgação do patrimônio arqueológico, em particular, e cultural, como um todo.

A QUESTÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE

A questão da memória vem perpassando o discurso das humanidades já há algum tempo, em virtude de um processo de aceleração dos modos de vida e das configurações sociais. Nisso, para iniciar a discussão, recorre-se a Jeudy (1990, p. 88), que afirma: “Nos sistemas de comunicação e de informação, a noção de memória adquiriu um sentido determinante. A memória é operacional, participando tanto da estocagem da informação quando de seu tratamento”.

Assim, entende-se por memória aquele conjunto de eventos, fatos, personagens que, através da sua existência no passado, possuem experiências consistentes para o estabelecimento de uma relação da atualidade e do seu passado, quer imediato quer remoto. Essa relação está sempre mediada pela experiência e, por isso mesmo, a memória encontra-se em constante mutação e possui maior presença que a lembrança, visto que

a memória possui contextualidade e é possível ser atualizada historicamente [...] é uma representação produzida através da experiência. Constitui-se de um saber, formando tradições, caminhos – como canais de comunicação entre dimensões temporais –, ao invés de rastros e restos como no caso da lembrança (DIEHL, 2002, p. 116).

Assim,

a memória pode constituir-se de elementos individuais e coletivos, fazendo parte da perspectiva de futuro, de utopias, de consciências do passado e de sofrimento. Ela possui a capacidade de instrumentalizar canais de comunicação para consciência histórica e cultura, uma vez que pode abranger a totalidade do passado, num determinado corte temporal (DIEHL, 2002, p. 116).

Essa noção está transpassada por um universo simbólico dos mais significativos, já que ela constitui, através de um processo de representação, onde são criados, referentes para sua cristalização nas consciências, quer individuais quer coletivas, aproximando-a, em muito, da noção de identidade. A noção de memória, portanto, dá-se perante

A situação de estetização simbólica ou, em outras palavras, a ornamentação de signos e significados de determinados grupos sociais étnicos privilegia uma re-colonização das experiências do cotidiano, especialmente levando-se em conta a profunda crise atual dos valores e seus respectivos projetos de futuro. Aqui, novamente o debate entorno da memória e da identidade poderá ser uma opção de entendimento e compreensão [...]. Mesmo assim, a memória não perde sua complexidade e continua sendo uma constelação que contempla as estruturas de mudanças temporais nos seus aspectos qualitativos. Isso significa que ela também é caracterizada pela relação presente-passado-presente (DIEHL, 2002, p. 113, 117).

Para se discutir a formação e consolidação da noção de identidade, deve-se notar que ela se dá mediante a fricção entre o social e o individual com um limite tênue com a noção de memória (DUARTE, 1997). Para o conceito de identidade, a sua construção pode ser vista a partir do discurso da Antropologia, inserido dicotomicamente, de forma pragmática e presente, ao mesmo tempo em que de forma encoberta,

segmentado genericamente em identidade étnica, identidade nacional, identidade de gênero. Essa segmentação é construída com base na distinção entre o individual e o coletivo, em relação à construção de identidades, em que

O primeiro grande foco sob o qual podemos observar os embaraços da identidade é o da relação entre ‘identidade pessoal’ e ‘identidade social’. O primeiro termo tem uma preeminência instauradora em nossa cultura, só contra a qual se pôde desenhar o sentido de ‘identidade social’, permanecendo, portanto, de certa forma presente sob o desenho deste segundo termo e impondo-lhe vicissitudes muito peculiares (DUARTE, 1997, p. 71).

Esse posicionamento leva o conceito de identidade a relacionar-se diretamente com a classificação, já que é através dela que se inclui ou não determinado elemento no segmento dado, “identificando-o” com um grupo de coisas semelhante ou não, o que o leva a relacionar-se com o segundo foco da identidade, que passa, de acordo com Duarte (1997), pela definição filosófica do princípio de identidade, formulado originalmente por Aristóteles, onde um ente não pode, em um mesmo espaço-tempo, ser e não ser. E é

sob este ângulo a questão da identidade articula-se com os problemas da dicotomia de indivíduo/sociedade e com seus diversos corolários, entre os quais o da moderna partilha entre os saberes ‘psicológicos’ e os saberes ‘sociológicos’ e – sob um certo prisma – entre os reinos da emoção e da razão. Durkheim é aqui mais uma vez fundamental, dada a especificidade de que se cerca em sua obra o estatuto do ‘indivíduo’ face à realidade e extensão dos ‘fatos sociais’ (DUARTE, 1997, p. 71).

Por esse prisma,

a questão fundamental continua sendo a dos atributos da memória. Todos sabiam que uma memória não se molda

necessariamente a uma ordem cronológica, que ela pode ser irruptiva, projetiva, confusa, contraditória [...] As funções culturais das memórias ditas coletivas não correspondem senão a uma maneira possível, dentre outras, de estabelecer uma ordem dinâmica de traços mnêmicos [...].

A memória não deixa de brincar com a identidade, embora mantenha um pacto com ela. Para quem quer que seja, o interesse conferido a lembrança só se torna princípio de satisfação na confusão das evocações nesse emaranhado que chama outras lembranças, ainda que a busca da verdade ou da autenticidade seja a sua finalidade aparente (JEUDY, 1990, p. 19).

Com isso, volta-se à questão da concepção de memória que retira da monumentalidade histórica o seu poder de representação, entendendo-a a como Foucault (1987; 1992), e que passa esse poder para outros elementos que registram o cotidiano, na forma dos objetos da cultura material, já que

Ao tornar-se marco e finalidade de um vasto programa, a memória não pode mais ser tratada, como tem sido, pela lógica dos monumentos históricos. Ela assume esse aspecto enigmático para todos e não mais apenas para os profissionais da história e da conservação. Torna-se 'arqueologia social' (JEUDY, 1990, p. 16, grifo nosso).

Com isso, a identidade na era da globalização tem

o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de varias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. [...] que asseguravam as nossas conformidades subjetivas com as 'necessidades' objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado das mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático (HALL, 2002, p. 12).

A cultura material, no universo dos estudos arqueológicos, é o elemento que representa a ocupação de grupos humanos em determinado espaço e durante um período de tempo. Além de constatar a presença humana, esses objetos foram produzidos e utilizados no cotidiano. São produtos da interação sociocultural dos indivíduos que compõem os grupos. Assim, os contextos com que o arqueólogo se depara são produtos diretos de ações sociais e culturais desses grupos e, portanto, representam, entre outras coisas, a identidade cultural da sociedade que ocupou aquele espaço, naquele período.

AÇÕES DE PRESERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA RELACIONADAS COM ESTUDOS AMBIENTAIS

Vários são os estudos produzidos na atualidade que se relacionam com processos ambientais, já que a grande maioria de projetos arqueológicos em desenvolvimento no Brasil está financiada por processos de licenciamento ambiental. Assim, apresentam-se projetos ligados à implantação de hidroelétricas, de linhas de transmissão, ferrovias, gasodutos, rodovias e os mais diversos empreendimentos que promovem uma alteração significativa na paisagem. Os estudos, de forma geral, delimitam-se em função da natureza dos empreendimentos e podem abordar as diversas faces da arqueologia, pré-histórica ou histórica.

No tocante aos estudos ligados a metodologias de abordagem, pode-se citar o trabalho de Caldarelli *et al.* (2002), que aponta linhas de abordagem para o licenciamento, a condução e a recuperação das informações em sítios arqueológicos a serem afetados pela implantação de grandes projetos, através da troca de experiência com diferentes arqueólogos. Ou o trabalho de Silva, Rubin e Viana (1999), que trata da experiência de otimização de metodologias em diferentes sítios arqueológicos desde o seu diagnóstico até o resgate propriamente dito. Neles os autores apontam elementos de construção de recursos metodológicos em situações diferenciadas e a apresentação de natureza diferenciada de objetos arqueológicos, como é o trabalho de Rezende e Azevedo Netto (2005), em um projeto de

resgate de duas PCHs ao longo do rio Paraíba do Sul, que apresenta uma possibilidade de uma arqueologia de ferrovias.

Relatos de resgates arqueológicos ocupam, na atualidade, um papel de destaque na produção de conhecimento da arqueologia brasileira. eles atingem diversos ambientes e situações. Por exemplo, pode-se citar o trabalho de Robrahn-González e de De Blasis (1997) acerca do resgate arqueológico no eixo da barragem Luis Eduardo Magalhães no médio rio Tocantins, na borda da bacia Amazônica, que apresenta contribuições de caráter metodológico para a abordagem de uma arqueologia de resgate em ambiente amazônico. Ou o trabalho desenvolvido por Azevedo Netto, Palermo Neto e Oliveira (2003) sobre ocupações na área de implantação do AHE Jauru, localizado no rio Jauru, em área amazônica, na microregião de Jauru, onde uma série de sítios com materiais muito específicos foi encontrada e que demonstra relações entre os sítios. Eles tem como delimitadores o próprio rio Jauru. Sua margem esquerda seria voltada para as habitações e a direita marcada pela presença de oficinas.

No tocante às ações arqueológicas ligadas a ambientes de grande alteração antrópica já ocorridas, pode-se citar o trabalho de Cadarelli (2001-2002) que trata das ocupações arqueológicas no estado de São Paulo. Elas foram evidenciadas com base nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos rodoviários, que possibilitaram a identificação de novos insumos para a pré-história deste estado. Outro trabalho que se pode citar nesta vertente é o produzido por Symanski (2003) a respeito da arqueologia histórica em meio urbano. Ele procura extrapolar a noção de sítio arqueológico como um ponto determinado e específico, dentro de um espaço e incorporar todos os aspectos de ocupação que formam a malha urbana. Assim a unidade de abordagem seria a cidade como um todo.

Uma outra vertente da vinculação entre os estudos arqueológicos e ambientais encontra-se fora da esfera dos empreendimentos e procura entender os fenômenos arqueológicos em consonância com as mudanças ambientais. Para tanto, pode-se citar o trabalho de Etchevarne (2002) que trata da

inserção da ocupação humana nos diferentes nichos ambientais no médio São Francisco, no estado da Bahia. Outro trabalho que pode ser elencado é o de Pessis e Martin (2002) que trata do problema da conservação do patrimônio arqueológico na área arqueológica do Seridó (RN/PB), em vista das alterações ambientais que a ocupação humana vem promovendo. O trabalho de Azevedo Netto (2005) relaciona os diferentes tipos de sítios arqueológicos encontrados no Cariri paraibano com componentes topográficos. E o trabalho de Rubin, Silva e Barbieri (2003) que trata da relação entre a dinâmica das paisagens fluviais e a sua relação com as ocupações humanas.

A FUNÇÃO DOS DOCUMENTOS ARQUEOLÓGICOS

A documentação com que o arqueólogo se depara em suas pesquisas pode ser entendida com base no conceito de cultura material e da contextualização de seus componentes. Ele compreende tanto os objetos como os monumentos construídos e/ou apropriados pelo homem que pode ser entendido, em termos genéricos, como o patrimônio cultural da esfera material. No que se refere à cultura material, a questão da identidade ganha contornos complexos, já que a transferência de tecnológica e estética não está necessariamente vinculada à imposição de uma identidade cultural por outra. A apropriação de elementos da parafernália material de uma cultura por outra pode implicar em dois fenômenos distintos, a aculturação ou a reconfiguração desses elementos². Com isso, a cultura material possuiria uma dimensão que a colocaria no

[...] âmbito da ideologia, vinculação entre cultura material e organização social, bem como com a esfera mítico-religiosa e ritual. Em outras palavras, pesquisar a “informação” contida na morfologia e decoração dos artefatos como manifestação estética e simbólica de eventos e comportamentos que identificam o indivíduo como pessoa e como etnia. Ou seja, estudar a cultura material como uma iconografia étnica (RIBEIRO, 1986, p. 12).

Nesse prisma, a questão da identidade, vista através do patrimônio arqueológico, é entendida pelos mecanismos de representação que são atribuídos aos objetos que fazem parte de um mesmo sistema cultural, etnologicamente ou arqueologicamente determinados. Nisso, a cultura material passa a ser vista como uma entidade que, de forma inconsciente, exprime relações sociais e culturais de populações bem como todo um sistema ideológico e de poder, dentro de um tecido social. Essa relação pode ser exemplificada no caso do papel das mulheres da aldeia de Baringo, na África, expressos na decoração de suas cabaças.

As mulheres falam com vivacidade e interesse de todos os vínculos da decoração com o ritual, com os jovens e com a feitiçaria. Possuem uma clara consciência prática dessas relações, ainda que não sintam ou expressem aberta e publicamente seu significado. É muito provável que, de certo modo, os motivos decorativos, postos nas cabaças, sirvam para destacar o leite e as crianças como áreas sujeitas ao controle feminino prático, sendo igual as outras áreas de controle (a circuncisão feminina, etc.) onde aparecem esses mesmos motivos decorativos (HODDER, 1994, p. 125).

Desse modo, a questão da identidade está diretamente refletida na cultura material. Os elementos materiais produzidos e utilizados numa sociedade não estão igualmente distribuídos pelos seus membros. Eles são destinados a segmentos previamente selecionados para receber, em sua área de possibilidade, um conjunto qualquer de artefatos e esses mesmos artefatos designam quem os pode receber. No caso da Arqueologia, além da segmentação distributiva dos artefatos, a sua distribuição dentro do espaço que compõe os sítios está vinculada ao uso cotidiano que se dá a determinado espaço, ou seja, à socialização desse espaço.

Sítio arqueológico é considerado o local onde se encontram e recuperam elementos do patrimônio arqueológico. Esse local é um espaço social, dado que os artefatos ali expos-

tos não se encontram dispostos aleatoriamente, mas obedece a uma determinação de uma dada situação social. Portanto, esse espaço é socialmente construído e representa, pelo menos para o arqueólogo, um determinado grupo cultural, com artefatos e formas de relações sociais específicas que produzi formas de memórias³, já que esses elementos da cultura material estão encadeados no tempo, em razão de sua historicidade⁴. Essa socialização passa a fazer parte do discurso arqueológico, na medida em que é incorporada pelas estruturas de memória, historicamente dada, produzidas pelo arqueólogo.

Por esse prisma, a questão da identidade, vista através do patrimônio arqueológico, é entendida pelos mecanismos de representação que são atribuídos aos objetos que fazem parte de um mesmo marco cultural. Pode-se dizer que a relação primária entre identidade e cultura material é perpassada pela questão da representação, já que é através dos artefatos, que são usados cotidianamente por um grupo, que essa identidade pode ser visualizada e, até mesmo, cristalizada no tempo. Sob o ponto de vista da Arqueologia, os artefatos são alguns dos atributos constitutivos de uma determinada cultura que, em si, precisam estabelecer sua singularidade, sua identidade. A representação da cultura material foi caracterizada

[...] como único fenômeno cultural codificado duas vezes: uma vez na mente do artesão e a outra na forma física do objeto. Essa dupla codificação permite comparar os três fenômenos culturais, ou seja, o artefato, bem como seus aspectos cognitivos e comportamentais. Constitui, ao mesmo tempo, o único meio de se inferir algo sobre formas culturais do passado (NEWTON, 1986, p. 15).

A FUNÇÃO SOCIAL DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Todos os níveis de informação que os artefatos arqueológicos carregam em si, já tratados anteriormente, têm como principal objetivo alcançar outro nível de informação

que, além de relacionar, classificar, identificar os demais elementos do registro arqueológico e interagir com eles, procura atingir as facetas socioculturais, produtoras destes “discursos”. Assim, esse discurso, enquanto reconstituição histórico-anropológica de marcos culturais de um passado remoto, assume duas abordagens diferenciadas: a primeira se relaciona com os marcos que constituem a referência direta dos que nos precederam no tempo e, por isso, constituem nosso marco de identidade; a outra remete aos registros de povos que não têm um passado comum com o do observador, mas dividiram o mesmo espaço e tempos históricos na constituição de um marco identitário maior, que ultrapassa os limites étnicos, como formadores de categorias amplas de cidadãos.

O patrimônio arqueológico torna possível a individualização das sociedades humanas através dos objetos que compõem a sua cultura material, de produção própria ou não. E essa possibilidade está afeta à questão do reconhecimento da identidade que está intimamente ligada a esses objetos, não só através dos atributos técnicos de cada uma, mas, sobretudo por meio das formas com que esses artefatos estão associados entre si. Nota-se que é nessas formas de associação que se pode inferir e/ou interpretar os contextos de uso, função e relevância desses objetos, e se podem delinear identidades culturais.

Embora sendo um das facetas que delimitam e definem a identidade, juntamente com outras, a cultura material e a sua contextualização têm a peculiaridade de ser um produto que está fora da esfera da intenção, ou seja, é um produto da atividade humana que não foi previamente constituído como um elemento de identidade. Esse delineamento identitário não implica obrigatoriamente em uma continuidade cultural entre o passado e o presente, mas com certeza se relaciona com o futuro, como afirma Diehl (2002). Por isso, a cultura material, embora seja um indício limitado, representa de modo não dirigido as formas de conduta humana na formação dos contextos culturais, para a determinação das identidades, mas admite-se a utilização ideológica para a interpretação desses contextos,

como é demonstrado exaustivamente por Kohl; Fawcett (1995). Esse papel pode ser observado quando,

sob o ímpeto do nacionalismo, a arqueologia abandona o seu foco primário na evolução e concentração para a documentação e interpretação do registro arqueológico de povos específicos. [...] Com maior significância, particularmente nos países colonizados, a promoção do nacionalismo arqueológico – ‘quando combinado com a conscientização da dignidade de todo ser humano’ – auxiliando na produção de resistência ao colonialismo e racismo, ambos que muitas vezes utilizaram-se do disfarce evolucionista (KOHLE; FAWCETT, 1995, p. 4).

Mas deve-se ter em mente o perigo do uso dos restos arqueológicos, já que

o abuso do relacionamento entre as políticas nacionalistas e arqueologia, com problemas que tem emergido com a distinção de tradições regionais sendo associados com o conceito de superioridade cultural ou racial, particularmente, com agendas questionáveis de certos movimentos políticos e de estados-nacionais. [...] que freqüentemente tem manipulado os registros arqueológicos para justificar a opressão de movimentos de reivindicação de terras, tidas como pertencente a ‘tempos imemoriais’, ou de suporte de políticas de dominação e controle de povos vizinhos (KOHLE; FAWCETT, 1995, p. 5).

O uso do patrimônio arqueológico vem assumindo, conforme as preocupações expressas acima, as formas e uso dos mais diversos, servindo como suporte de ideologias, como evidências de posse de terras etc. são exemplos disso o uso dos vestígios arqueológicos, interpretados como marcos da superioridade germânica, o suporte da ideologia soviética, a reconstrução da identidade nacional japonesa pós-guerra, a arqueologia em Israel, a forma de justificar a posse e os diversos processos de demarcação de terras indígenas em todas as Américas para determinação de identidades étnicas, em especial

no Brasil, como foi observado na última reunião da SAB (LIMA, 2005). Todas essas formas de uso do patrimônio arqueológicas, seja de modo reivindicatório, seja para dar suporte a políticas e ações de estados nacionais, passam pela consolidação de mecanismos de vinculação do registro arqueológico com populações presentes, em um esboço do estabelecimento de um processo identitário.

Entenda-se que somente através de um processo de construção de identidades culturais se pode chegar a uma real formação de comunidades que se reconheçam com afinidades de presente e de passado e em que os indivíduos se mantenham próximos e as estruturas coesas. É nesse aspecto que a questão dos marcos referencias dados pelo patrimônio arqueológico contribuem para a consolidação das identidades e leva à conscientização do papel social que cada individuo tem diante de sua comunidade. Com isso o patrimônio arqueológico pode passar a ser considerado como um instrumento em que a

consolidação dos preceitos de cidadania na comunidade pode levar ao engajamento consciente dos cidadãos nos movimentos de interesse coletivo, como são as opções locais de desenvolvimento econômico e social. A aproximação do patrimônio arqueológico, especialmente aquele mais distante no tempo e nos sentimentos (entenda-se a herança indígena), passa pelo resgate da história do outro, pelo reconhecimento de espaços desconhecidos de vivências e pela valorização da etnicidade e dos grupos indígenas, ancestrais a um terço da população brasileira, mas, às vezes, pouco valorizados na nossa cultura (MORAIS, 2002, p. 99).

As preocupações e procedimentos aqui delineados ainda são muito pontuais. Carecem ainda de ações mais contundentes, embora a temática de educação patrimonial venha ganhando espaço teórico, metodológico e, principalmente, político, diante da comunidade arqueológica e dos órgãos de fiscalização e preservação desse patrimônio, como foi exemplificados por Caldarelli *et al.* (2003), que promovem um evento específico para discu-

tir a chamada “arqueologia de contrato” e a situação de preservação do patrimônio arqueológico nos novos ditames econômicos e sociais do século XXI. Para tanto, basta observar o disposto na Portaria 230/02 do IPHAN que, em seu artigo 7º, coloca, como exigência dos programas de salvamento arqueológico, em qualquer etapa, a implementação de um programa de educação patrimonial; em seu artigo 8º, a responsabilização do empreendedor quanto à garantia da guarda e destinação do material recuperado em seu local de origem, bem como a implementação de unidades museológicas para a preservação dessas informações. A preocupação com o público pode ser observada nos trabalhos de Almeida (2003), Comerlato (2002) e de Herberts e Comerlato (2003). Eles procuram traçar essa relação através da vinculação do patrimônio arqueológico com as comunidades. Assim, reforça-se o princípio norteador da exigência de processos de educação patrimonial, vinculados aos grandes projetos que revertem para a preservação do patrimônio arqueológico, já que o inserem no cotidiano das comunidades de entorno. Só assim, quando a sociedade toma posse desse patrimônio, efetiva-se a preservação.

Notas

- ¹ Pode-se exemplificar esse prejuízo na forma de destruição dos sítios arqueológicos em função da “busca do tesouro” e outras formas aventureiras de encarar a arqueologia.
- ² Um bom exemplo desse fenômeno pode ser considerado a apropriação do calção azul, com listas brancas laterais, como um indicador cultural. Ele foi adotado por alguns grupos indígenas brasileiros.
- ³ Essas estruturas de memória são construídas a partir dos dados arqueológicos tanto para o próprio arqueólogo como, também, para grupos direta ou indiretamente relacionados com esses sítios.
- ⁴ Entendida como o encadeamento de eventos no tempo.

Referências

ALMEIDA, M. B. de. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para arqueologia pública no Brasil. *Habitus*, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 275-269, 2003.

- AZEVEDO NETTO, C. X.; PALERMO NETTO, F.; OLIVEIRA, J. A. O resgate arqueológico do AHE Jauru, MT, Brasil: resultados preliminares. In: XII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, SAB, 2003. São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2003. [CD-ROM].
- AZEVEDO NETTO, C. X. de. Arqueologia do município de São João do Cariri: estado atual e perspectivas. In: XIII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, SAB, 2005. Campo Grande. *Anais...* Campo Grande, 2005. [CD-ROM].
- BINFORD, L. R. *Debating archaeology: studies in archaeology*. 9. ed. San Diego: Academic Press, 1992.
- BRASIL. *Portaria 230 de 17 de dezembro de 2002 do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, IPHAN, 2002.
- CALDARELLI, S. B. et al. Fórum de debates: arqueologia e licenciamento ambiental – estratégias para atuação profissional na primeira década do século XXI. In: XII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, SAB, 2003. São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2003 [CD-ROM].
- CALDARELLI, S. B. et all. Licenciamento ambiental, permissão e condução de pesquisa arqueológica por contrato. In: LIMA, T. A. (Org.). *Atas do simpósio A Arqueologia no Meio Empresarial*. Goiânia: IGPA/UCG/SAB, 2002. p.155-196.
- CALDARELLI, S. B. A arqueologia do interior paulista evidenciada por suas rodovias. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, v. 14/15, p. 29-56, 2001-2002.
- CORMELATO, F. Preservação, educação e patrimônio arqueológico: a experiência do curso de capacitação de monitores da Ilha com Campeche. *Revista de Arqueologia do IPHAN*, Florianópolis, p. 39-46, 2002.
- CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. T. *Avaliação e perícia ambiental*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- DUARTE, L. F. D. Classificação e valor na reflexão sobre identidade social. In: CARDOSO, R. C.L. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- DIEHL, A. A. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Ed. da Universidade do Sagrado Coração, 2002.
- ETCHEVARNE, C. Ambiente e ocupação humana em uma região do sub-médio São Francisco, Bahia. *CLIO Arqueológica*, Recife, n. 15, p.61-88, 2002.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salimas T. Muchail. 6. ed. São Paulo: M. Fontes, 1992.

- FOURNIER, P. La Arqueologia social latinoamericana: caracterización de una posición teórica marxista. In: ZARAKIN, A.; ACUTO, F (Ed.). *Sed Non Satiata: teoria Social Latinoamericana Contemporânea*. Buenos Aires: Ediciones del Tridente/25, 1999. p. 17-32.
- GARDIN, J-C. Semiotic Trends in Archaeology. In: GARDIN, J. C.; PEEBLES, C. S. (Ed.). *Representations in archaeology*. Bloomington, Indianapolis: University of Indiana, 1992. p. 87-104.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HERBERTS, A. L.; COMERLATO, F. A experiência do projeto de educação patrimonial na Lt Joinville-São Francisco do Sul: a produção de materiais educativos. In: XII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, SAB, 2003. São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2003. [CD-ROM].
- HODDER, I. *Interpretación en Arqueología: corrientes actuales*. 2. ed. Tradução de M.J. Aubet e J.A. Barceló, Barcelona: Crítica, 1994.
- JEUDY, H-P. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- KOLH, P. L.; FAWCETT, C. (Ed.). *Nationalism, politics and practice of archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- LIMA, T. A. (Org.). Simpósio Identidades Étnicas em Arqueologia: possibilidades e limites. In: XIII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, *Anais...* Campo Grande: SAB, 2005 (CD-ROM).
- MOLINO, J. Archaeology and Symbol Systems. In: GARDIN, J. C.; PEEBLES, C. S. (Ed.). *Representations in Archaeology*. Bloomington, Indianapolis: University of Indiana, 1992. p. 15-29.
- MORAIS J. L. de. A arqueologia e o turismo. In: FUNARI, P.P.A.; PINSKY, J. (Org.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 95-103.
- NEWTON, D. Introdução: cultura material e história cultural. In: RIBEIRO, D. *Suma etnológica brasileira: arte índia*. Rio de Janeiro: finep, Vozes, 1986.
- PESSIS, A-M.; MARTIN, G. A área arqueológica de Seridó, RN, Brasil: problemas de conservação do Patrimônio Cultural. In: FUNDAMENTOS II. São Raimundo Nonato: Fundação do Homem Americano, 2002. p. 187-208.
- REZENDE, J. F. da S.; AZEVEDO NETTO, C. X. de. Projeto de resgate arqueológico das PCH's Queluz/lavrinhas: um encontro com a estrada de ferros Dom Pedro II. In: XIII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE AR-

QUEOLOGIA BRASILEIRA. Campo Grande: SAB, 2005. [CD-ROM].
RIBEIRO, B. G. A Linguagem simbólica da cultura material. In: RIBEIRO, D. *Suma etnológica brasileira: arte índia*. Rio de Janeiro: Finep, Vozes, 1986.

RIBEIRO, W. C. *A Ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, É. M.; DE BLASIS, P. Pesquisas arqueológicas no médio vale do rio Tocantins: o resgate no eixo da UHE Luis Eduardo Magalhães. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, v. 10, p. 7-50, 1997.

ROCCHIETTI, A. M. Estilo y diferencia: un ensayo en area espacial restringida. In: PODESTÁ; LLOSAS; COQUET (Ed.). *El Arte Rupestre en la Arqueologia Contemporánea*. Buenos Aires: M.M. Podestá, 1991. p. 25-30.

RUBIN, J.C.R.; SILVA, R.T.; BARBIERI, M. Arqueologia e dinâmica da paisagem: pesquisa arqueológica em ambientes fluviais. *Habitus*, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 297-316, 2003.

SILVA, R. T., RUBIN, J.C. R., VIANA, S. Metodologia de campo utilizada para o diagnóstico e resgate dos sítios arqueológicos do gengibre (GO-CA-13), Lourenço (GO-CA-14) e Voçoroca (GO-CA-27) em Caldas Novas (GO). *Revista de Divulgação Científica*, Goiânia, v. 3, p. 199-208, 1999.

SYMANSKI, L. C. P. Arqueologia de contrato em meio urbano no Brasil: algumas reflexões. *Habitus*, Goiânia, v.1, n. 1, p. 141-146, jan./jun. 2003.

SÃO PEDRO, M. de F. A.; MOLINA, R. A. Patrimônio arqueológico: conhecendo a legislação. *Revista de Arqueologia*, SAB, n. 10, p. 51-70, 1997.

SILVA, R. C. P. da. Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: Decreto-Lei nº 25/3. *Revista de Arqueologia*, SAB, n. 9, p.9-24, 1996.

Abstract: the present paper aim at the presentation considerations on the relation among the archaeological patrimony and its preservation concerning environmental studies carried out due to the implementation of major projects. Therefore, it will be observed the regulation on the archaeological patrimony studies, the importance assumed by such studies on the regulatory agencies and the role of legal instruments responsible by the inclusion of preservation actions. Through of patrimonial

education actions, it is recognized the bond between the archaeological patrimony and society, by means of memory and identity reference mechanisms, where the social role of archaeology.

Key words: *preservation, archaeological diagnosis, prospecting, rescue, social function*